

ATA DE REUNIÃO DA COORDENAÇÃO EXECUTIVA DA APIB / 2020

Aos 20 dias do mês de janeiro de 2020, reuniram-se os abaixo assinados, doravante designados coordenadores, na rua José Bento, 106 - Cambuci, São Paulo - SP, 01523-030, com a finalidade de debater a conjuntura da política indigenista e os direitos dos povos indígenas no contexto atual, elaborar o planejamento estratégico da APIB para o ano de 2020 e dar posse a novos coordenadores indicados pelas organizações indígenas de base. Iniciada a reunião, foi escolhido para presidi-la a Sra. Sonia Guajajara. Para secretariá-lo foi indicado o sr. Luiz Eloy Terena. Logo a seguir, a sra. presidente solicitou ao sr. secretário que procedesse à leitura da pauta da reunião e os encaminhamentos. Logo em seguida, Paulino Montejo fez a leitura do texto orientador da reunião: *“No ano de 2019, o primeiro ano do governo Bolsonaro, o povo brasileiro, dos mais distintos segmentos sociais, principalmente trabalhadores urbanos e do campo, estudantes, povos indígenas, mulheres, negros, quilombolas, assentados, comunidades extrativistas e tradicionais, vivenciaram o cenário mais cruel de desmonte do Estado, dos direitos sociais e das políticas públicas conquistadas ao longo dos últimos 31 anos, a partir do pacto constitucional de 1988. Atendendo os interesses do capital, principalmente financeiro, e das grandes corporações – interessados nos territórios e bens naturais -, o governo iniciou o ano determinado a desmontar a política trabalhista, previdenciária e enterrar de vez a reforma agrária, a demarcação e proteção das terras indígenas, a titulação dos territórios quilombolas. Assumiu uma política desenvolvimentista a qualquer custo, ancorada na privatização de tudo, das empresas estatais aos territórios de ocupação coletiva e tradicional, em favor de interesses particulares, nacionais e estrangeiros, e da implantação de todo tipo de empreendimentos: exploração madeireira, pecuária, monocultivos, garimpo, mineração, hidrelétricas e exploração de hidrocarburos. Desconstruiu a política nacional de meio ambiente e das instituições de proteção e fiscalização ambiental; iniciou a desregulamentação e redução das reservas extrativistas (RESEXs), enfim, desmontou políticas públicas e instituições como a Funai, a Fundação Palmares e colegiados que asseguravam mesmo que limitadamente a participação e os controles social (CONSEA, CONAMA, CNPI, etc.). O ano de 2019 foi por isso marcado pelo exponencial aumento das queimadas e do desmatamento de áreas protegidas, na Amazônia e no Cerrado, envolvendo sobretudo territórios indígenas e unidades de conservação – com o envolvimento de grileiros, madeireiros, garimpeiros, pecuaristas, entre outros. Tais crimes vieram a se somar ao rompimento da barragem de Brumadinho, e seguidos da criminalização e assassinato de defensores do meio ambiente, de lideranças quilombolas e indígenas, guardiões da floresta, e de trabalhadores rurais. Nas cidades, crianças e jovens negros e mulheres continuaram morrendo em ações policiais. E os subempregados chegaram a 24 milhões, acompanhados de 12 milhões de desempregados e 4 milhões de pessoas em estado de miséria. Enfim, sob a mão dura de um governo autoritário, neofacista e racista se perdeu na educação, na saúde, no emprego, na segurança, na cultura e no direito à diferença. Nesse contexto todo, foi marcante a afronta total à legislação nacional e internacional que assegura o direito ao território, a identidade e as políticas públicas diferenciadas para os povos indígenas, a começar pela garantia das suas terras de ocupação tradicional. As organizações e movimentos sociais, porém, resistiram. Os povos e organizações indígenas estiveram mobilizados o ano todo, inclusive em espaços de incidência internacional. O ano de 2020, no entanto promete não ser menos fácil. É nesse contexto que a APIB programou se reunir nos dias 20 e 21 deste mês de janeiro, para aprofundar na análise do contexto*

nacional e da política indigenista que no atual momento ameaça a existência e os direitos fundamentais dos povos originários do país. Objetivos: i) Analisar o primeiro ano da governo Bolsonaro e seus impactos sobre a Democracia e os Direitos humanos no país; ii) Analisar a política indigenista e socioambiental adotada pelo governo Bolsonaro e seus impactos sobre os direitos fundamentais dos povos indígenas; iii) Identificar os principais desafios e definir as ações prioritárias e estratégicas do movimento indígena para o ano de 2020, visando subsidiar o Plano de ação da organização, iv) Discutir a organização e realização do Acampamento Terra Livre 2020". Dando-se prosseguimento aos trabalhos, foi discutida a composição da coordenação executiva da APIB, que terão mandato de 03 (três) anos, com duração até 19 de janeiro de 2023, ficando assim constituído: pela COIAB: Sonia Bone de Sousa Silva Santos, designada pelo nome social de **SONIA GUAJAJARA**; pela APOINME: Antonio Fernandes de Jesus Vieira, designado pelo nome social de **DINAMAN TUXÁ**; pela ARPINSUL: Romancil Gentil Cretã, designado pelo nome social de **KRETAN KAINGANG**; pelo CONSELHO TERENA: Alberto França Dias, designado pelo nome social de **ALBERTO TERENA**; pela COMISSÃO YVY RUPA: Eunice Antunes, designada pelo nome social de **EUNICE KEREXU**; pela ATY GUASU: Elizeu Pereira Lopes, designado pelo nome social de **ELIZEU GUARANI KAIOWÁ**; pela ARPINSUDESTE: **ANILDO LULU**. Nada mais havendo a tratar, a Sra. Presidente declarou encerrada a reunião e eu, secretário, lavrei a presente ata, que será assinada por todos os presentes.

Brasília, 20 de janeiro de 2020.